

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO ANTIDEMOCRÁTICO BRASILEIRO

THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL WORK
IN THE CURRENT BRAZILIAN ANTI-DEMOCRATIC CONTEXT

Carlos Felipe Nunes Moreira

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 529-558

2019

RESUMO

O texto problematiza a categoria democracia, destacando particularidades nas sociedades capitalistas e sua relação político-econômica. A democracia liberal-burguesa historicamente experimentada no Brasil representa mediação indispensável para a caracterização da questão democrática contemporânea e suas relações com o exercício profissional de assistentes sociais comprometido com o projeto da profissão. A reflexão aponta para a necessidade de reconhecimento da democracia enquanto processo em disputa entre classes sociais, bem como para a defesa de um tipo de democracia incompatível com a ordem capitalista e sintonizada com o projeto atualmente hegemônico do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia. Poder político-econômico. Socialização do poder. Serviço Social. Projeto ético-político profissional.

ABSTRACT

The text problematizes the democracy category, highlighting particularities in capitalist societies and their political and economic relationship. The liberal bourgeois democracy historically experienced in Brazil represents indispensable mediation for the characterization of the contemporary democratic question and its relations with the professional practice of social workers committed to the project of the profession. The reflection points out to the need of the democracy recognition as a process in dispute among social classes, as well as to the defense of a type of democracy incompatible with the capitalist order and lined up with the currently hegemonic project of Social Work.

KEYWORDS

Democracy. Political and economic power. Socialization of power. Social Work. Professional ethical-political project.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 27.03.2019

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DA DEMOCRACIA LIBERAL-BURGUESA

O enfrentamento aos desafios atualmente postos à classe trabalhadora brasileira e, nesse sentido, à categoria profissional de assistentes sociais, requer atenta análise teórico-crítica de determinados elementos inerentes ao movimento do real. Entre eles, a democracia apresenta-se revestida de centralidade. A compreensão do projeto ético-político do Serviço Social no contexto de inequívoco recuo de liberdades democráticas exige mediações que garantam a indissociabilidade das dimensões política e econômica na análise. Somado a isso, faz-se imprescindível uma interpretação socio-histórica – mesmo que sucinta – da categoria democracia que se coloque como contraponto a posicionamentos idealizadores que, em última instância, corroboram com a mistificação da categoria em tela.

Apesar da concentração social do poder político ser um elemento genérico a todas as formas históricas de supremacia de uma classe social sobre outra(s), no capitalismo há particularidades a serem consideradas. Wood (2011) apresenta alguns dos mecanismos ideológicos utilizados por intelectuais liberais – tais como Mitford, Böckh e Fustel de Coulanges – que construíram a ideia do trabalhador democraticamente livre das sociedades antigas (em especial a grega) como uma *“ralé ociosa” mantida pelo trabalho escravo*. Na avaliação da autora:

Nem mesmo a aparência de ralé ociosa pode ser explicada por uma nova preocupação com os males da escravidão, gerada por uma consciência democrática ampliada na Idade das Revoluções. Pelo contrário, a ralé ociosa nasceu sobretudo das mentes dos antidemocratas reacionários [...]. Nenhum desses escritores desconhecia que os cidadãos atenienses trabalhavam como agricultores ou artesãos. A *questão não era tanto o fato de eles não trabalharem, mas o de eles não trabalharem o suficiente e, acima de tudo, o fato de não servirem*. Sua independência e o lazer de que desfrutavam para poder participar da política foram a causa da condenação da democracia grega (ibidem, p. 169-70, grifo nosso).

Ainda de acordo com Wood, o mito da ralé ociosa na Antiguidade tem conexão tanto com a relação entre senhor e servo, como com a “[...] urgência de uma nova ordem social na qual o trabalho assalariado e sem propriedade se tornava, pela primeira vez na história, o modo dominante de trabalho” (2011, p. 172). Como é sabido, em cada época histórica existem modos de produzir historicamente determinados. E, no capitalismo, o trabalho é elevado a um *status* cultural inédito, no qual a ideologia passa a valorizar o chamado “trabalho duro”, subvertendo ideologicamente inclusive quem são os verdadeiros produtores de valor.

A vinculação dos sujeitos sociais às condições materiais de produção é proporcional à organização da sociedade em pressuposto da produção social (cf. HIRANO, 2001). O imperativo do lucro e da produtividade crescente do trabalho no capitalismo passou a requerer disciplinas de trabalho mais rigorosas, contexto no qual a ideologia burguesa foi determinante para atribuir ao capitalista – e não a quem executa o trabalho – as virtudes laborais pautadas na produtividade. Lógica essa ainda presente na economia moderna hegemônica, na qual a compreensão de “produtores” está relacionada aos capitalistas e não aos trabalhadores. Wood é assertiva ao apontar que:

[...] o trabalhador assalariado sem propriedade só pode desfrutar no capitalismo da liberdade e da igualdade jurídicas, e até mesmo de todos os direitos políticos de um sistema de sufrágio universal, desde que *não retire do capital o seu poder de apropriação*. É aqui que encontramos a maior diferença entre a condição do trabalho na antiga democracia ateniense e no capitalismo moderno (op. cit., p. 173, grifo nosso).

Trata-se de uma evidência histórica o fato de o liberalismo, em boa parte de sua trajetória, ter se apresentado explicitamente como alternativa à democracia. Frações do pensamento dominante – desde o catolicismo ultramontano até os diferentes fascismos – mantiveram-se em oposição aberta à democracia moderna até recentemente. Observa-se uma alteração nesta composição no século XX. O enfra-

quecimento do fascismo¹ como força atuante no cenário político mundial e a alteração tática da burguesia no enfrentamento aos processos de socialização do poder foram determinações sociopolíticas importantes para esta alteração (COUTINHO, 2009). “A partir dos anos 1930, o liberalismo assumiu a democracia e passou a defendê-la, ainda que não sem antes minimizá-la, empobrecendo suas determinações, concebendo-a de modo claramente reduutivo” (id., *ibid.*, p. 15).

Frequentemente a democracia é tida como uma situação estática, desconsiderando o exame das orientações evolutivas reais. Tendo o trabalho como categoria ontológica do ser social, largos estratos da tradição marxista apresentam ângulos interpretativos sobre a questão democrática orientados por um processo teórico *de anulação, de conservação e de elevação a um nível superior*. Neste sentido, o entendimento de democracia referenciado pela tradição crítico-dialética não é uma mera ampliação da democracia liberal-burguesa. Sobre este tema, Lukács afirma que:

Ao contrário, aquela é o oposto desta última. Antes de mais nada porque esta deve ser não a superestrutura idealista do materialismo espontâneo da sociedade civil, mas um fator material que movimenta o próprio mundo social; um fator não mais baseado, porém, nas muitas barreiras naturais [...], mas baseado precisamente no ser ontologicamente social que está sendo constituído. *Por isso, a tarefa da democracia socialista é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens* (2008, p. 117, grifo nosso).

Na perspectiva marxiana, a essência humana socialmente livre e emancipada relaciona-se ao processo histórico de superação da

1 Se por um lado é inegável o enfraquecimento do fascismo com a força de outra no cenário político mundial, por outro é inequívoco seu atual revigoramento em diversas partes do mundo, incluindo países de elevado Índice de Desenvolvimento Humano, como – para citar apenas um exemplo – a Suécia.

ordem social vigente construído na realidade concreta, alavancando as conquistas da classe trabalhadora já alcançadas e elevando-as a outro patamar (cf. MARX; ENGELS, 2007). É em função disso que Marx vai se posicionar a favor da necessidade de se levar a cabo as promessas democráticas da Revolução Francesa de 1789 e afirmar que “a primeira fase da revolução operária é o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia” (2004, p. 51). De acordo com Lukács (2008), a abordagem ontológica da democracia requer considerá-la como um processo de democratização político-econômico, ao invés de uma situação inerte. Ou seja, como “concreta força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece” (LUKÁCS, *ibidem*, p. 85).

As práticas sociais comprometidas com a emancipação humana – incluindo certamente o trabalho profissional de assistentes sociais quando filiados ao projeto hegemônico do Serviço Social – são, neste sentido, ações políticas intrinsecamente articuladas aos condicionantes da esfera do trabalho e aos movimentos de resistência e de superação de tais condicionantes. Assim sendo, a disputa pela socialização do poder político no conjunto da sociedade e nas suas esferas particulares está invariavelmente condicionada pela concentração do poder econômico.

Destacando a unicidade entre política e produção social – mediada pelas classes sociais –, Lukács (*ibidem*) afirma que a forma política clássica da moderna democracia burguesa emergiu e entrou em funcionamento acolhendo, no plano formal, garantias como liberdade e igualdade. Porém, no fundamento socioeconômico capitalista, essas garantias não só “[...] são respeitadas no intercâmbio baseado nos valores de troca, mas o intercâmbio dos valores de troca é a base produtiva real de toda igualdade e liberdade” (MARX, 195-, s/n).

Seguindo tal concepção teórica, Wood diz que na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas; na qual o poder do capitalista de se apropriar da mais-valia não depende de privilégios jurí-

dicos ou de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem os meios de produção (2011, p. 173). Complementa a autora:

A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal –, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a *democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe*. [...] A conquista da democracia formal e do sufrágio universal certamente representou um enorme avanço histórico, mas no final o capitalismo ofereceu uma nova solução para o velho problema de governantes e produtores. Já não era mais necessário corporificar a divisão entre privilégio e trabalho numa divisão política entre os governantes apropriadores e os súditos trabalhadores, uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera “política” formalmente separada, enquanto a “economia” seguia regras próprias (ibidem, p. 173-4, grifo nosso).

Um importante eixo analítico da produção capitalista, revelado por Marx, refere-se às relações sociais e à estruturação desigual do poder entre as classes, tendo o Estado como legitimador fundamental dessa estrutura. A base produtiva em si existe sob aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas determinadas pelas formas de propriedade e de dominação, na qual o modo de produção e as suas leis econômicas constituem uma dada forma histórica totalizadora das relações sociais. Apesar de as instituições políticas e jurídicas existirem independentemente das relações de produção, as relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares.

Dito de outro modo: a concentração social dos meios de produção e a realização da mais-valia são condições postas pelo modo de produção do capital, onde as instituições políticas e jurídicas têm função de apoio aos processos particulares de produção do valor. As reflexões de Wood (2011) e de Poulantzas (1980) – por exemplo – informam que, no capitalismo, o trabalhador é livre para ter sua for-

ça de trabalho explorada, porém “[...] não podendo introduzir-se no processo de trabalho sem comprometimento do proprietário, comprometimento representado juridicamente pelo contrato de compra e venda da força de trabalho” (POULANTZAS, *ibidem*, p. 22). Não há coação política ou jurídica, mas as dimensões políticas e jurídicas legitimam esse tipo de liberdade, tendo o Estado significado indispensável para a garantia dessas relações fundamentadas em uma igualdade formal.

Para Gramsci (2007), *enquanto persistir a desigualdade econômica entre os indivíduos, não haverá possibilidade da existência de uma igualdade política*. E é nas sociedades capitalistas, como comprova Wood (2011), em que há um grau inédito de diferenciação entre o econômico e o político expresso na privatização do poder político aos interesses de somente uma classe; a partir de uma democracia orientada formalmente pelo sufrágio universal que imprime a aparência de que todos dela participam.

Na interpretação leninista, a posição de Engels sobre o processo de edificação de um Estado operário encerra a ideia de que o posterior processo histórico de letargia e definhamento desse semi-Estado é, *pari passu*, o definhamento da democracia, uma vez que “[...] democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a Revolução pode ‘abolir’ o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode ‘definhar’” (LENIN, 2017, p. 20). Não se trata aqui, em nenhuma hipótese, de atribuir à democracia qualquer despreço, tendo em vista que a República democrática representa a melhor forma de governo para os trabalhadores sob o regime capitalista (cf. *id.*, *ibid.*).

Trata-se de atribuir à democracia um valor tático e não estratégico. Sendo assim, a elevação do operariado à classe dominante exige a sua supremacia político-econômica a partir da conquista da democracia, mas a democracia em si – enquanto relação social mediada pelo Estado – definha e desaparece historicamente ao passo que o Estado e as classes sociais também se extinguem. Democracia, portanto, compreendida como processos de disputa e de socializa-

ção do poder político, articulados intrinsecamente à socialização das forças produtivas (cf. COUTINHO, 1984).

Essa socialização objetivada na participação política impõe a necessidade de socializar os meios e os processos de governar o conjunto da vida social. Considerando que “o valor, através dos atos que o realizam, alcança o desdobramento desse ser em si, sua elevação para o verdadeiro ser-para-si [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 90) e que é o valor que impõe a realização da práxis humana, não o inverso (id., ibid.), a socialização do poder político aparece como valor da democracia e, conseqüentemente, das práticas sociais de caráter anticapitalista e emancipatório. Neste sentido, faz-se legítimo compreender que é a *socialização do poder político*, então, um valor universal.²

Em síntese: a democracia é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento do socialismo. Fundamentalmente, a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética: a primeira elimina, conserva e eleva a um nível superior as conquistas da segunda (COUTINHO, 1984). A democracia socialista pressupõe, “[...] por um lado, a criação de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica; e, por outro, a mudança de função de alguns velhos institutos liberais” (id., ibid., p. 25-6).

Após essa brevíssima introdução teórico-histórica acerca da democracia liberal-burguesa, a interpretação do projeto ético-político do Serviço Social no atual contexto antidemocrático político-econômico brasileiro exige, em seguida, a mediação com dadas qualidades da democracia no país e sua caracterização nos dias atuais. Afinal, se

2 Um fato que corrobora tal posição é que Coutinho, na autocrítica que fez sobre seu conhecido ensaio “A democracia como valor universal”, indicou que, se pudesse reescrevê-lo, o denominaria de “A democratização como valor universal”. Cf. BRAZ, Marcelo. A democracia como valor universal: um clássico da esquerda no Brasil. In: _____. (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

economia e política conformam um binômio indivisível mediado centralmente pela categoria trabalho, o fato de o Serviço Social configurar uma profissão “englobada na divisão social-técnica do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 179) impõe o tratamento desse binômio nas análises sobre o exercício profissional e a questão democrática.

PARTICULARIDADES SOCIO-HISTÓRICAS DA CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Em função dos limites deste artigo, não há condições de realizar abordagens históricas mais profundas. Uma vez eleita a década de 1980 como principal recorte temporal do texto, algumas mediações, porém, não podem ser descartadas. Neste sentido, determinadas particularidades históricas da conformação da sociedade brasileira constituem chaves analíticas para a compreensão dos conceitos (plenamente funcionais para a compreensão dos dias de hoje): “democracia restrita” e “autocracia burguesa”, trabalhados por Fernandes (2005). Apesar da revolução burguesa nacional representar incontornável marco histórico deste debate, uma observação preliminar se faz necessária: as alterações macrossociais no Brasil do século XX têm profundas conexões com o passado escravocrata brasileiro.

A formação social contemporânea apresenta traços que guardam relações com o período colonial no Brasil, tendo em vista que “a escravidão gerou uma estrutura social vigorosa, produziu instituições duradouras e engendrou mentalidades que persistem de algum modo até nossos dias” (MARTINS, 2005, p. 20). Uma ordem social pré-capitalista orientada política e economicamente pelo mandonismo e por privilégios trouxe marcas permanentes às relações sociais no Brasil e à sua posterior inserção periférica no processo de reprodução ampliada global do capital.

É correto afirmar que a Independência representou a primeira grande revolução social brasileira. Via transição pacífica, bem articulada e segura para as elites. Seu caráter revolucionário reside na cons-

trução de um novo tipo de relações políticas. O que se apresenta como mais caro para o debate sobre a democracia no país são as marcas de uma “revolução passiva” (GRAMSCI, 2000) presentes no movimento independentista: a revolução se realizou através apenas dos setores dominantes, com rearranjos – e não tomada – do poder. Tal como na Itália do *Risorgimento*, a revolução burguesa não seguiu a chamada via clássica que tem como paradigma a Revolução Francesa. Somam-se ainda, no caso brasileiro, traços de um processo característico do prussianismo.

De acordo com Fernandes (2005), no período compreendido entre o fim do Império e o início da República, apenas os germes da dominação burguesa estão presentes no Brasil. Sua efetivação está imbricada a outra revolução passiva, na qual frações da burguesia emergente – ligadas à indústria e à agroexportação – convergem primeiro e prioritariamente para a tomada do poder no âmbito do Estado, unificando-se como classe dominante no plano político antes de converter sua dominação socioeconômica ou de ter criado instituições próprias de poder para a maior promoção de seus intelectuais orgânicos. A análise de Mosca (apud ALIAGA, 2016) é aqui bem adequada: uma classe política, caracterizada como uma minoria que monopoliza o poder político e que goza de seus privilégios, desta maneira tornando a cisão entre uma minoria que governa e a massa de governados uma realidade permanente e incontornável.

A revolução passiva se realizou por uma transição gradual, buscando incorporar múltiplos interesses das elites (compondo por vezes adaptações ambíguas), escassas reivindicações provindas “de baixo” e foi orientada por uma concepção atrofiada de política em Maquiavel (1989): entendida primeiramente como a luta entre os homens por poder e privilégios. Outra resultante dos movimentos de revolução passiva foi o *fortalecimento da sociedade política em detrimento da sociedade civil*, com o qual se sobredetermina o modo de relacionamento entre intelectuais e as classes sociais.

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a

modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua civilidade. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto a baixo [...]. [Somado a isso,] a dominação burguesa se associava a *procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos*, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, 2005, p. 242-3, grifo nosso).

O conservadorismo e o autoritarismo intrínsecos ao Estado brasileiro ajudam a compreender por quais motivos o liberalismo não fora incorporado organicamente (tal como na Europa e, em certa medida, nos EUA) pelas elites burguesas brasileiras (cf. FREIRE, 2012). Há aqui elementos preliminares que permitem afirmar que a concentração do poder político revela-se, destacadamente, como importante expressão da questão social brasileira desde a gênese do capitalismo no país. As particularidades dessa concentração se expressam no modo como a democracia e a democratização se realizam historicamente nas relações sociais no plano nacional. Neste sentido, a autocracia burguesa, por tratar-se de um conceito amplo, não está restrita aos períodos de suspensão da democracia formal e das liberdades legais no Brasil.

A autocracia compõe um nexos socio-histórico da formação social brasileira, pós consolidação do poder burguês, estruturante de uma democracia do tipo restrita – herdada do passado e repaginada no presente – bastante impermeável à socialização do poder político. Deste modo, a democracia experimentada no país “[...] faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa [...] seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 249). A análise de Lukács complementa bem a questão:

O que hoje se costuma chamar de liberdade é o resultado da indiscutível vitória das forças capitalistas. É evidente que, em função das trans-

formações qualitativas sofridas pelo capitalismo desde seus inícios até hoje, também a sua superestrutura política, a liberdade própria da democracia burguesa teve de sofrer algumas mudanças, embora tenha permanecido essencialmente intacta a sua estrutura fundamental, aqui descrita nos termos de Marx. Na verdade, pode-se e deve-se dizer que, no curso deste desenvolvimento, as características fundamentais desta democracia burguesa afirmaram sua natureza, sua vida interior, com clareza e pureza ainda maiores do que fora possível nos períodos revolucionários iniciais, que ainda comportavam muitas ilusões. Por isso, quando hoje falamos da democracia burguesa, da liberdade que nela se realiza, devemos nos basear naqueles conteúdos e formas que caracterizam especificamente o capitalismo atual (2008, p. 94-5).

Os períodos nos quais a autocracia burguesa apresentou seu maior grau de intensidade são didáticos fatos históricos para a compreensão da unidade entre política e economia, tal como entre coerção e consenso. A função econômica do Estado brasileiro durante as ditaduras foi, na maior parte das vezes, o de sustento e fomento à acumulação privada em um cenário de crise do capital, adotando elementos de planejamento e intervenção econômicos com vistas a favorecer, orientar e dinamizar a elevação das taxas de lucro da burguesia nacional e estrangeira.

No plano teórico-metodológico, ditaduras e democracias no capitalismo sustentam-se sobre os *mesmos* determinantes sociais, alterados em intensidades proporcionalmente opostas a depender do avizinhamento de uma hegemonia em situação de crise ou de seu restabelecimento. A classe que concentra o poder político-econômico, ao não mais ser capaz de sustentar o consenso (ativo e passivo) e o seu potencial diretivo, torna-se unicamente classe dominante, detentora da força coercitiva diante do questionamento social das ideologias tradicionais (cf. BIANCHI, 2017).

Na democracia nacional, sendo assim, a supremacia da sociedade política em relação à sociedade civil atribui aos aparelhos repressivos do Estado uma funcionalidade aproximada daquela observada nas ditaduras bonapartistas e, ao mesmo tempo, reduz as possibili-

dades dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora se constituírem como sujeitos coletivos de maior efetividade na disputa pelo poder político e na relação com o Estado, com vista à garantia e ampliação dos direitos sociais e aos interesses da maioria.

A semelhança entre regimes democráticos liberais e ditaduras (especialmente do tipo bonapartista) fica também evidenciada a partir da análise do conceito “bonapartismo *soft*”, de Losurdo (2004), no qual o autor aponta – na democracia contemporânea – as tendências de centralização do poder na esfera do Executivo, de redução dos espaços de participação social na arena política, de fortalecimento à personalização do poder e de aprofundamento do “monopartidarismo competitivo” que compromete a possibilidade de alternância de projetos políticos no poder.

De acordo com Demier (2016), a novidade apresentada nas últimas décadas é que nas democracias representativas já não há representação política alguma de amplas camadas da população, além de não existir mais a possibilidade, pelos caminhos institucionais, de impor limites às exigências do capital. Neste sentido:

[...] regimes democrático-burgueses, nos quais os elementos democráticos mostram-se, logicamente, majoritários, podem, por vezes, conter elementos ditatoriais (residuais ou em fermentação) em proporção inferior àqueles, o que é possível de ser percebido quando observamos democracias liberais que apresentam aspectos como uma exagerada força do Poder Executivo e da burocracia na condução do país, a subordinação do Legislativo e de seus partidos às imposições do Executivo, uma participação quase incontinente das Forças Armadas nos assuntos políticos e severas limitações às atividades sindicais e políticas da classe trabalhadora por meio da repressão policial ou de normatizações restritivas. Temos, nestes casos, *regimes democráticos em que a existência de aspectos ditatoriais, embora lhes forneça configurações particularmente reacionárias, não chega a alterar-lhes seu sentido político fundamental* (democrático-burguês). (DEMIER, 2014, p. 169, grifo nosso).

Em um esforço de síntese, é possível afirmar que os processos de socialização do poder político no Brasil estão historicamente marcados por revoluções passivas e mediados por uma democracia restrita às elites, na qual a perspectiva autocrática representa um recurso político ininterrupto na relação do Estado junto às classes trabalhadoras. Desta forma, *a dimensão coercitiva do consenso passivo se sobrepõe ao consenso em si* na democracia nacional³ (cf. MOREIRA, 2018), turvando os limites entre democracia formal e ditadura bonapartista. Um bonapartismo *soft* à brasileira. Fato esse que, se por um lado, pode significar que a força é o requisito basilar da garantia da hegemonia burguesa no país, por outro pode representar que essa hegemonia está, de alguma maneira, constantemente fragilizada.

A década de 1980 é fundamental para a compreensão da sociedade civil no Brasil atual, pois representou um período de particular desenvolvimento no que tange ao surgimento e à (re)organização de aparelhos privados de hegemonia – de ambas as classes: dominante e trabalhadora – a partir de um maior reavivamento das lutas sociais. Isto complexificou os processos de direção e de maturação da hegemonia tradicional em cenário marcado por uma evolução na democratização política e pela ampliação das lutas sociais. Fenômenos esses desenvolvidos em concomitância com uma crise do padrão de acumulação capitalista expressa pela recessão econômica, desemprego e precarização nas condições de reprodução da força de trabalho (cf. DURIGUETTO, 2007).

Em especial nessa década, a restauração da democracia formal configurou o horizonte político-teleológico das lutas sociais em geral

3 Um significativo exemplo concreto e contemporâneo daquilo aqui denominado de “dimensão coercitiva do consenso” é o fato de, entre 2013 e 2018, o total de escolas públicas geridas pela Polícia Militar ter crescido 212%. Cf. CAMPOREZ, Patrik. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. *Revista Época*. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

no país, relegando ao plano da utopia (ou mesmo da descartabilidade em certos momentos) o tema da revolução em um contexto de supervalorização alienada⁴ tanto da democracia liberal, quanto “[...] de uma sociedade civil filantrópica e cosmopolita, para a qual todos colaborariam, sem conflitos de classes sociais” (FONTES, 2006, p. 233-4). Fortemente em desalinho teórico-político com as análises que apontam para o seguinte: “a crise do socialismo real [...] comprova que a superação positiva da ordem do capital reclama a *radical socialização do poder político e socialização da economia*, sem as quais a alternativa comunista é impensável” (NETTO, 2017, p. 44, grifo nosso).

A retomada da democracia formal brasileira e a aprovação de uma nova Constituição com inspirações nas experiências do Estado de bem-estar social coincidem com a fase de ascensão global da hegemonia neoliberal que sustenta, como diagnósticos da crise capitalista, que dotar o Estado de amplas responsabilidades sociais também implica no agravamento da crise fiscal do Estado. E, como informa Anderson (1995), que o poder político de sindicatos e outros aparelhos privados dos trabalhadores é nocivo à retomada do crescimento econômico e das taxas de lucros.

A sobreposição da coerção ao consenso – marca histórica da sociabilidade burguesa brasileira – é reforçada e expandida com a perspectiva neoliberal de manter um Estado atuante em sua capacidade de desorganizar o poder dos sindicatos, ativo no controle da destinação do fundo público e débil na promoção de investimentos na área social. No plano ideológico, por sua vez, o neoliberalismo contrapõe-se explicitamente:

[...] à *cultura democrática e igualitária da época contemporânea*, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e seus membros da necessidade e do risco (NUNES, 1991, p. 502, grifo nosso).

4 Alienação utilizada aqui no sentido de não conhecer o todo do processo e não se reconhecer no resultado final deste.

O arcabouço político-ideológico elaborado pela intelectualidade orgânica liberal⁵ traz no seu fundamento “[...] uma argumentação que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2017, p. 47). Dentro dessa lógica e excetuando os regimes ditatoriais, o *neoliberalismo é, por excelência, o modo de organização político-econômico mais estéril do capital para o êxito das lutas sociais por direitos e ampliação da participação política.*

Em resumidas contas, a proposta neoliberal centra-se na *inteira despolitização das relações sociais [...]*. Ora, é precisamente o conteúdo político desta despolitização que permitiu ao *neoliberalismo converter-se em concepção ideal do pensamento antidemocrático contemporâneo [...]*. A grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira, em todas as latitudes, [...] desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham *qualquer componente democrático de controle do capital*. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições (hoje só possíveis com o *estreitamento das instituições democráticas*) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe (id., *ibid.*, p. 50, grifo nosso).

A despolitização da política em prol da economia (cf. LINHARES, 2011) promovida pelo neoliberalismo acentua a tendência histórica de a coerção suplantar o consenso passivo na democracia restrita brasileira e na sua luta de classes, mesmo que para isso – por vezes – a legalidade formal do uso da força seja negligenciada pelo Estado. Como bem afirma Gramsci, “quanto maior é a massa de apolíticos, tanto maior deve ser a contribuição das forças ilegais. Quanto maiores são as forças politicamente organizadas e educadas, tanto mais é preciso ‘resguardar’ o Estado legal etc.” (2007, p. 265).

Nos anos 1990, a programática neoliberal para o enfrentamento da crise capitalista no Brasil foi enfocada numa perspectiva de con-

5 Tais como Hayek, Popper, Friedman e Rawls, entre outros.

quistar o consentimento dos trabalhadores acerca de novos valores que legitimem as mudanças requeridas pelo processo de reestruturação produtiva e de contrarreforma do Estado. Com este objetivo, desqualificou ideologicamente a organização coletiva do operariado e alçou o individualismo à condição de responsável pela garantia de melhorias – imediatistas e particulares – da qualidade do padrão de vida. Na compreensão de Duriguetto (2007), tanto as transformações no âmbito da produção como a ofensiva neoliberal constituem fatores centrais que têm determinado a obstrução das possibilidades de ampliação da democracia brasileira.

A manutenção da ordem previamente estabelecida na condução da política econômica, durante os quatorze anos consecutivos em que o Partido dos Trabalhadores ocupou a presidência do país, ficou evidenciada já no primeiro mandato de Lula da Silva quando, por exemplo, pôs à frente do Banco Central um notório economista⁶ de perspectiva neoliberal e compôs seu Ministério afixando a presença de representantes do grande capital⁷. Aqui residem pontuais elementos – que representam importantes frações de uma totalidade – que sustentam a tese da “hegemonia às avessas”, de Oliveira (2010, p. 24): “[...] enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada”. A condensação das lutas sociais contra, sobretudo, a desigualdade e o pauperismo que historicamente ascenderam o PT ao poder tornou-se, centralmente, uma matéria de gestão de políticas públicas, despolitizando o trato de expressões medulares da questão social, instrumentalizando a pobreza e intervindo como questão administrativa do Estado.

6 Referência a Henrique de Campos Meirelles, executivo da área financeira com trajetória internacional à frente de instituições como BankBoston, Lazard Americas e Lloyd's of London, por exemplo.

7 Como a escolha de Roberto Rodrigues (liderança política no ramo do agronegócio) para a pasta da Agricultura e de Luiz Fernando Furlan (representante do setor de *commodities*) para o Desenvolvimento, por exemplo.

A abrupta alteração no cenário político brasileiro, ocorrida em 2016, mas iniciada com as chamadas “jornadas de junho”⁸, em 2013, tem sido compreendida de maneiras variadas por intelectuais e organizações da classe trabalhadora. Sem dúvida, a conjuntura recente do país permanece exigindo uma análise teórico-política aprofundada. Safatle (2015) define esse período conjuntural como o fim da Nova República, no qual o modelo de governabilidade sintetizado no fim da ditadura – com sua dinâmica de conflitos, suas polaridades e projetos – perdeu sua funcionalidade. “Nesse sentido, de nada adianta alimentar a ilusão de que o Brasil anda lentamente em direção ao ‘aperfeiçoamento democrático’ e à ‘consolidação de suas instituições’” (Safatle, *ibidem*, s/n).

Foge ao escopo deste texto debater a legalidade ou não do processo institucional-parlamentar ocorrido em 2016. Fato este que não contradiz o acordo com as caracterizações que o definem como *golpe*. Contudo, duas dimensões desse contexto são incontornáveis para a reflexão em curso: a) a democracia liberal-burguesa não foi submetida naquele momento a uma desconfiguração em suas estruturas; b) as mudanças operadas estão centralmente mediadas pelas exigências do capital no que tange à contrarreforma do Estado brasileiro.

Uma análise superficial poderia apontar que, após a consumação do movimento de *impeachment* de Dilma Vana Rousseff da presidência da República, a democracia brasileira sofreu um ataque aos seus princípios básicos e deslegitimou a participação popular via sufrágio. Considerando que a aparência de qualquer fenômeno guarda algum grau de relação com a sua essência, tal análise peca pela idealização da democracia na sociedade do capital e por não desvelar as

8 Compreender as “jornadas de junho de 2013” com profundidade é uma tarefa histórica que ainda está em processo de maturação. Sobre o tema há importantes ensaios críticos como, por exemplo, “Os sentidos de junho”, de Ruy Braga (disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/07/06/os-sentidos-de-junho/> >). Outra opção, cf. VAINER, Carlos et al. *Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

raízes do fenômeno.

Destarte, a ideia de “democracia blindada” (DEMIER, 2016) contribui com o aprofundamento do debate ao contextualizar como os países de capitalismo central (e posteriormente os periféricos) organizaram suas estruturas político-democráticas de modo a garantir sua impermeabilidade a reivindicações de caráter popular a favor da contrarrevolução preventiva. Os processos de concentração do poder político que se acirram no Brasil têm fundamento histórico-econômico na crise capitalista da década de 1970 e, na mesma esteira, no esgotamento das experiências de bem-estar social. Deste modo:

[...] se nas democracias liberais europeias do welfare state fordista, importantes demandas dos trabalhadores encontravam, ainda que de forma filtrada e rebaixada, expressão nas políticas públicas levadas a cabo pelos governos – conformando, portanto, uma espécie de “colaboração de classes” assentada em um efetivo pacto social –, não se pode dizer o mesmo dos regimes democrático-liberais do tardo-capitalismo. [...] uma das metas políticas aventadas pelos intelectuais orgânicos das classes dominantes [...] era tornar os regimes democrático-liberais imunes (ou pelo menos não muito suscetíveis) às “exigências populares”. Livrá-los dos “‘excessos’ democráticos, paralisantes da alegada vitalidade do mercado” (id., *ibid.*, s/n).

Para Demier (*ibidem*), as reconfigurações na democracia liberal-burguesa permanecem em curso, destacando e intensificando o caráter de classe dessa democracia. Uma democracia imunizada às reivindicações dos trabalhadores e marcada por forte repressão policial seletiva, assemelhando-se às concepções de democracia para a burguesia dos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, as democracias blindadas:

[...] têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares. Ademais, *guardando uma autonomia quase absoluta em relação aos processos eleitorais* e, portanto, livres de qualquer tipo (ainda que mínimo) de controle popular, certos organismos do Estado

responsáveis pelas questões consideradas estratégicas (como os bancos centrais, agências reguladoras etc.) tornaram-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante. [...] Livres de incômodos aditamentos social-democráticos, as democracias blindadas se mostram, portanto, como as democracias burguesas *par excellence*. Completamente nua, a democracia burguesa se sente mais à vontade. Na última de suas sete vidas shakespearianas, ela pode até estar sem dentes, sem olhos, sem paladar, sem nada, *mas ainda está. Ainda é*. Parafraseando Florestan Fernandes, pode-se dizer que o baile burguês continua, só que agora sem máscaras (DEMIER, 2016, grifo nosso).

Há uma relação simétrica entre este atual quadro sociopolítico e as mudanças em curso no âmbito das políticas sociais, determinadas pelas exigências de contrarreforma neoliberal do Estado e de retomada do crescimento das taxas de lucros e de juros. A fase que se iniciou no Brasil, após a saída do Partido dos Trabalhadores do governo federal, elevou a outro estágio a subsunção dos serviços públicos ao neoliberalismo. Além das políticas sociais encontrarem-se significativamente inviabilizadas de sua efetivação ampla e real, o risco iminente é de um desmonte cada vez mais acelerado dessas políticas.

Não há hegemonia sem consenso e – na atual fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de sua democracia – não há possibilidade de consenso sem políticas sociais (sobretudo por conta da função ideológica e de controle social desempenhado por elas). Porém, a aparência dessas políticas mistifica sua essência cada vez mais inócua para as respostas imediatas às expressões da questão social.

O *modus operandi* do Estado democrático brasileiro, de suplantar a coerção ao consenso na manutenção da ordem, foi retomado de maneira bastante célere de 2017 em diante, além de permanecer em ascendência constante. O recurso da intervenção federal político-militar, em 2018, no estado do Rio de Janeiro, o recrudescimento da criminalização do ativismo político, a recorrente utilização explicitamente política e seletiva do poder judiciário e o envolvimento

público de representantes do alto escalão das Forças Armadas na vida política do país são exemplos que revelam dada hipertrofia dos aparelhos repressivos do Estado.

Estamos diante de uma complexa e instalada crise de representação tradicional parlamentar que, conseqüentemente, expõe algumas das fragilidades estruturais da democracia liberal. Sob tal determinação, a hegemonia burguesa encontra-se em uma crise não tensionada por lutas sociais revolucionárias, mas principalmente por disputas intraburguesas e, contraditoriamente, através de largos estratos da sociedade civil que legitimam o avanço da coerção como a solução da crise política.

A necessidade de sustento ideológico ao golpe de 2016 requisiu a elaboração no imaginário social – com protagonismo da grande mídia comercial – de um “inimigo comum”. Este foi o Partido dos Trabalhadores. Já definitivamente identificado pelas elites como incapaz de implementar a contrarreforma do Estado nos elevados patamares exigidos, sua participação em esquemas de corrupção foi seletivamente exponenciada e sua imagem associada, de maneira genérica e imprecisa, a um autoritarismo quase ditatorial. Amplos segmentos da população, com o receio de uma nova vitória do PT na corrida presidencial de 2018, aderiu – de modo contraditório – a um projeto de sociedade inequivocamente antidemocrático.

A insurreição do ideário e de práticas de cunho fascista (e mesmo nazista) no país revelam, entre outros, dois pontos: i) os trabalhadores em geral não vislumbram soluções pelas vias institucionais tradicionais para a crise capitalista; ii) a esquerda brasileira não tem consolidado um projeto alternativo de sociedade a ser apresentado neste momento de crise de hegemonia. Deste modo, “[...] a essência da Nova República foi a reversão do potencial de transformação em conservação” (SAFATLE, 2015, s/n).

Nesse caso, as saídas podem ser variadas, mas dificilmente será aquela na contramão do capitalismo. O Estado brasileiro inaugura a mais recente fase da “contrarrevolução preventiva e prolongada brasileira” (FERNANDES, 2005), agora “à quente” (id., ibid.). Neste exato momento histórico em que a fronteira entre a nossa democra-

cia restrita e a ditadura militar apresenta sinais de rompimento, a democracia blindada (DEMIER, 2016) cede terreno para a “democracia dos blindados” (idem, 2018).

DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE NACIONAL

Como mostrado, o movimento ideológico que mistifica a unidade entre política e economia mantém seguras as estruturas desiguais de produção social no capitalismo, ao mesmo tempo que dá a aparência de igualdade política e de liberdade social à democracia liberal-burguesa. Tal lógica se expressa para além da abstração, se materializando no padrão das relações sociais e, neste sentido, nos modos como as instituições – dentre elas aquelas que comportam assistentes sociais em seus quadros profissionais – se organizam para estabelecer formalmente canais de participação política e de gestão democrática dos serviços que têm, como limite, as regras da economia.

Pensar o Serviço Social diante do atual contexto antidemocrático no Brasil imprime a necessidade de rigor teórico nas análises do universal ao particular, condicionada aos determinantes gerais e específicos da profissão. Entre eles o fundamental: assistente social é parte da classe trabalhadora e, portanto, é um trabalhador assalariado. A condição de assalariamento impõe limites concretos ao fazer profissional e é nessa tensão inerente à luta de classes, que o assistente social vai se utilizar da sua relativa autonomia para – em sintonia com o projeto hegemônico do Serviço Social – atender mais amplamente os interesses, anseios e reivindicações legítimas e democráticas da classe trabalhadora (e não somente os interesses institucionais *stricto sensu*).

Ao compreender a concentração do poder político como dada expressão da questão social (cf. MOREIRA, 2018), assistentes sociais encontram-se diante do compromisso ético de um “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, *bem como sua gestão democrática*” (CFESS, 2012, p. 23,

grifo nosso). Mas, em uma democracia historicamente restrita e contemporaneamente blindada, como buscar a garantia da democratização da gestão dos serviços institucionais de forma favorável aos interesses legítimos de seus usuários?

Se a desigualdade econômica é condição essencial da desigualdade política, a socialização do poder na ordem social do capital é um processo em permanente disputa entre as classes sociais. A lógica que precisa ser empregada, então, aos movimentos de radical democratização, seja singular (como no interior das instituições que realizam serviços sociais) ou universal, é aquela que tenha no horizonte teleológico a consumação de relações “substantivamente democráticas” (MÉSZÁROS, 2011; 2017). Ou seja: uma democracia medularmente conflitante com a ordem do capital, mesmo ciente de que tal objetivo é plenamente inalcançável no Estado capitalista e em sua sociedade civil. Nos termos de Mézszáros:

[...] é da maior importância política, tanto na teoria quanto na prática, contrastar nossa concepção do metabolismo social radicalmente diferente do futuro – sem o qual a humanidade não sobreviverá – com as formas existentes. É por isso que uso a expressão “substantivamente democrático” (e, é claro, “democracia substantiva”, cujas características definidoras fundamentais a tornam indissociável da “igualdade substantiva”) em contraste inclusive com a concepção de democracia, que já foi genuinamente liberal e que, sob nenhuma condição, poderia ser substantiva, mesmo que tenha conseguido ser mais ou menos substancial em um sentido político limitado. Nesse sentido limitado, *a política pode ser mais ou menos “substancialmente democrática” sob um regime liberal, mas jamais poderá ser substantivamente democrática*. No caso do contraste feito aqui por mim, não pode haver política “mais ou menos substantivamente democrática” ou “mais ou menos substantivamente igual”. *Ou ela é substantivamente democrática e substantivamente igual ou não é*. Em outras palavras, no último caso ela de modo algum é substantiva. Em contraposição, sob certas condições históricas é perfeitamente legítimo falar de relações políticas/sociais “mais ou menos substancialmente democráticas” ou “mais ou menos substancialmente iguais” (2017, s/n, grifo nosso).

O reconhecimento da democracia enquanto categoria em disputa é pressuposto para a eleição consciente de qual tipo de democracia assistentes sociais colocam-se a favor. O Serviço Social tem a defesa do aprofundamento da democracia como um dos seus principais valores éticos. Porém não qualquer democracia, mas sim aquela compreendida a partir do princípio que a qualifica “enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 2012, p. 23). Uma democracia que não mistifique a unidade entre política e economia, assim como compreenda o processo de socialização do poder enquanto movimento dialético de anulação, conservação e superação rumo a um novo estágio elevado.

Destarte, a atuação de assistentes sociais, quando comprometida com o projeto ético-político da profissão, precisa ter como norte o fortalecimento da construção de uma contra-hegemonia cultural radicalmente democrática, voltada a questionar – individual e coletivamente – as formas tradicionais nas quais se sustentam o planejamento, a organização e a execução das políticas sociais. Efetivamente, uma *gestão democrática radical* que constitua “uma ação política [...] orientada por uma dimensão irrealizável na sociedade capitalista, mas que valha de referência teleológica aos processos coletivos de questionamento, alargamento e superação da gestão democrática possível atualmente” (MOREIRA, 2018, p. 226).

Isso, decerto, exige uma sólida formação profissional, o compromisso com qualificação permanente após finalizada a graduação, uma leitura ampla e crítica da realidade social e a compreensão dos limites e possibilidades da atuação profissional. Em suma, requer o compromisso de assistentes sociais com os princípios fundamentais do código de ética pelos quais reconheçam a liberdade como valor ético central; coloquem-se na defesa intransigente dos direitos humanos e adotem a recusa do autoritarismo; defendam o aprofundamento da democracia na perspectiva aqui já exposta; empenhem-se para a eliminação de todas as formas de preconceito; articulem-se à luta geral da classe trabalhadora; comprometam-se com a qualidade dos serviços prestados à população e com o seu próprio aprimoramento intelectual e, sobretudo, tenham como opção

um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012, p. 23-4).

De sobremaneira, um exercício profissional que se constitua em resistência e alternativa à realidade presente. Nesse sentido, as expressões atuais do conservadorismo e do reacionarismo precisam tornar-se matéria-prima da intervenção político-pedagógica de assistentes sociais. Encarar tais expressões como obstáculos para o exercício profissional representa não somente considerar a realidade social como empecilho ao trabalho, mas bem como simboliza o triunfo das forças sociais que se colocam em oposição às conquistas democráticas. Como já apontado, o conservadorismo é traço histórico constitutivo das relações sociais brasileiras. Se há hoje novidades em sua aparência, as raízes e bases de sua essência permanecem inalteradas.

As ações utilizadas contra o fascismo crescente requerem certa atenção teórico-metodológica. Primeiro porque o fascismo não é fruto de um conservadorismo "natural" dos trabalhadores. O conservadorismo e o reacionarismo são substâncias do fascismo, mas este é produto das relações capitalistas em momento de hegemonia burguesa em crise. E segundo, conseqüentemente, seu enfrentamento principal não é contra os próprios trabalhadores. De fato, algum grau de confrontação nessa esfera exige ocorrer. Mas o embate fundamental precisa manter a centralidade da luta de classes. Noutras palavras: a tática maior contra o fascismo insurgente no Brasil precisa ser contra a própria burguesia e seus modos de concentrar o poder político-econômico. Deste modo, tática e estratégia permanecem em sua unicidade anticapitalista.

Não se deve perder de vista que, por outro lado, segmentos progressistas da sociedade civil vêm colocando-se como vanguarda no questionamento aos processos em curso, denunciando a escalada do autoritarismo do Estado e levando às ruas aqueles comprometidos com a defesa das garantias democráticas e com a manutenção dos direitos sociais outrora conquistados pelos trabalhadores.

Articular o exercício profissional a tais processos políticos coletivos – sem cair na armadilha de confundir trabalho com militância

política – é um dos poucos caminhos pelos quais temos, nesse momento, maiores garantias de sucesso. Se é correto afirmar que, outrora, foi através da luta de classes que o projeto ético-político do Serviço Social se forjou, não é, portanto agora, por outro meio pelo qual ele irá se fortalecer. Ou desvigorar. O êxito dessa empreitada não depende, pura e simplesmente, do “otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2000). Mas sem o comprometimento individual e coletivo da categoria profissional de assistentes sociais na defesa e, sobretudo, na transformação da atual democracia, o projeto profissional hegemônico – em curto espaço de tempo – poderá sofrer reveses históricos e, talvez, irreparáveis.

Uma vez que largas frações dos trabalhadores são partícipes dos avanços antidemocráticos recentes no país e que assistentes sociais são componentes dessa mesma classe social, é correto inferir que tais avanços também são identificados no seio da própria categoria profissional. As múltiplas disputas entre projetos societários distintos que se operam cotidianamente nas relações sociais em geral vêm se materializando aceleradamente entre assistentes sociais. Não que se trate de algo inédito, mas de um fenômeno adensado nos últimos anos. O pior dos equívocos seria negá-lo. Abordar na esfera do debate moral esse crescente movimento é nivelar-se ao mesmo patamar qualitativo dos seus interlocutores. A disputa interna pela direção ético-política no Serviço Social está posta. E ela é legítima.

Aos assistentes sociais organicamente comprometidos com o atual projeto hegemônico coloca-se a tarefa histórica de defendê-lo através do diálogo crítico-reflexivo entre os pares, sem, porém, abrir mão dos princípios e valores inegociáveis construídos coletivamente no Serviço Social brasileiro ao longo das últimas quatro décadas. Mais do que isso, urge a necessidade de, *através do próprio trabalho profissional*, demonstrar a validade atual do projeto. Somente reafirmando – no discurso e na prática – o caráter anticapitalista do projeto ético-político do Serviço Social e seu compromisso com a emancipação humana é que se efetivará a defesa das conquistas democráticas, dialeticamente *pari passu* com a denúncia de seus limites postos para a maioria e com a construção de uma democracia incompatível com a ordem do capital.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Luciana. Gramsci e a democracia nos Cadernos do Cárcere: a crítica à teoria das elites. In: Revista Crítica Marxista. n. 42. São Paulo: Unicamp, 2016.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BIANCHI, Alvaro. Minicurso sobre o pensamento de Antonio Gramsci. Emancipa – Educação Popular, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zxwzNZtFS7M&t=1988s>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/da assistente social. In: Código de ética do/da assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. revista e atualização. Brasília: CFESS, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: _____. A democracia como valor universal e outros ensaios. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. p. 17-50.
- _____. Democracia: um conceito em disputa. In: Socialismo e Liberdade. Ano I. n.0. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2009. p. 15-22.
- DEMIER, Felipe Abranches. A ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. In: Revista Virtual Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014. p. 166-182. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/333/259>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- _____. A democracia blindada. Blog Junho, 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-democracia-blindada/#_ftnref18>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- _____. As eleições do Golpe (ou o Golpe das eleições): da democracia blindada à democracia dos blindados. Esquerda Online, 2018. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/10/14/as-eleicoes-do-golpe-ou-o-golpe-das-eleicoes/>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate

- necessário. São Paulo: Cortez, 2007.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- FREIRE, Silene de Moraes. Estado, democracia e questão social no Brasil. In: BRAVO, M.I.S.; PEREIRA, P.A. (Org.). Política Social e democracia. 5. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Cadernos do cárcere. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. Tempo Social; Rev. Sociol. USP: São Paulo, 2001. p. 1-20.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. e CARVALHO, R. de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23 ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. O Estado e a revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LINHARES, Célia. et al. (Org.). Cotidiano e formação de professores. Manaus: EDUA, 2011.
- LOSURDO, Domenico. Democracia ou Bonapartismo. São Paulo: UNESP, 2004.
- LUKÁCS, Gyorgy. Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- _____. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio à quinta edição. In: FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- MARX, Karl. Liberdade Popular. Diário oficial do Partido húngaro. [S.l.: s.n., 195-] _____; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Trad.: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004. (A Obra-Prima de Cada Autor).
- _____. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MÉSZÁROS, Istiván. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Igualdade substantiva e democracia substantiva. Blog Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/12/19/meszaros-igualdade-substantiva-e-democracia-substantiva/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.
- MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Trabalho, educação e democracia: tendências do debate sobre democratização da política educacional brasileira nos últimos trinta anos. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- NETTO, José Paulo. A crise global e a significação da ofensiva neoliberal. In: BRAZ, Marcelo (Org.). José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.
- NUNES, António José Avelãs. O keynesianismo e a contrarrevolução monetarista. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28. (Coleção Estado de Sítio).
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SAFATLE, Vladimir. A Nova República acabou. Carta Capital, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-nova-republica-acabou-2242.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.
- TROTSKY, Leon. Revolução e contrarrevolução na Alemanha. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

Carlos Felipe Nunes Moreira

Professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Doutor em Serviço Social pela UERJ.

felipe_pito@yahoo.com.br

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 330 exemplares.